



Moção de Censura n.º 2/XV/1.^a

EM DEFESA DAS INSTITUIÇÕES E PELO FIM DA DEGRADAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL A QUE O GOVERNO TEM CONDUZIDO O PAÍS

A 30 de março de 2022, assumiu funções o XXIII Governo Constitucional. Esse Governo, o terceiro consecutivo com António Costa como Primeiro-Ministro, resultou de um novo quadro político em Portugal, no qual o Partido Socialista (PS) passou a dispor de maioria absoluta na Assembleia da República. Ora, se inicialmente pareciam estar reunidas as condições políticas para que o PS pudesse governar sem os obstáculos partidários de anos anteriores e liberto das perturbações sanitárias, económicas e sociais decorrentes da COVID-19, rapidamente ficou demonstrado que este executivo socialista não só não estava interessado em reformar o país como não tem qualquer capacidade para o fazer, com um mal que vem de nascença: depois de tantos anos no poder, com o desgaste que este implica, António Costa limitou-se a montar um Governo em função das tensões internas do próprio partido e não dos desafios do país, evidenciando a erosão da sua própria autoridade.

Em apenas nove meses, António Costa e a equipa que o próprio compôs delapidaram qualquer boa vontade que pudesse existir em relação à sua ação governativa, acumulando erros, omissões, controvérsias e demissões, num espetáculo pouco edificante para as instituições e para a democracia. À estagnação económica (relativa) a que o PS tem votado Portugal, sobretudo quando comparado com países que aderiram mais recentemente à União Europeia, à brutal carga fiscal com que as famílias e as empresas são sufocadas diariamente, à degradação generalizada dos serviços públicos e à inexistência de uma estratégia para estancar a emigração dos mais jovens somou-se um conjunto inaudito de polémicas. A gestão de conveniências partidárias sobrepôs-se à resolução dos problemas reais dos portugueses.

Seja por convicções erradas, por incapacidade política ou desgastes pessoais, estamos diante de um executivo irreformável que projeta a sua inércia e resignação sobre o



país que lhe confiou o mandato. A história dos últimos sete anos é bem ilustrativa disso mesmo.

Portugal precisa de crescer. Sem crescimento económico, como a Iniciativa Liberal vem afirmando nos últimos anos, o país não terá a capacidade de reter os seus jovens, de assegurar uma reforma digna aos que trabalharam por ela, de financiar uma administração pública que valorize a competência e premeie o mérito, de sustentar um setor privado robusto e competitivo, capaz de investir no país e de descarbonizar a economia como é necessário, nem, finalmente, poderá deixar de permanecer inteiramente dependente dos fundos europeus para todos os seus projetos, condicionando toda a sua agenda política aos cheques que chegam de Bruxelas.

Portugal tem ficado sistematicamente para trás em relação aos seus pares na União Europeia, preparando-se para ser ultrapassado não só pela Roménia como pela Letónia, tendo sido já superado pela Hungria e pela Polónia em PIB per capita (PPC) em percentagem da média europeia. A recuperação da crise pandémica tem sido, entretanto, a segunda pior da OCDE, demonstrando ainda fraca resiliência e agilidade da economia portuguesa. E estes dados refletem-se concretamente na vida dos cidadãos. Segundo o INE, cerca de 50% dos portugueses ganham abaixo dos 950 euros líquidos e os jovens mais qualificados, que o país precisa urgentemente de reter para poder lançar a economia, decidem, muitas vezes contra o que desejariam, fazer as malas e emigrar para países que valorizam o conhecimento, a iniciativa, o risco e o mérito.

Nos serviços prestados ao público, permanece a sensação no país de que a pandemia nunca acabou. No Serviço Nacional de Saúde (SNS), apesar da criatividade na criação de camadas de decisões, administrações e cargos - aplacando os responsáveis governamentais -, o problema de base permanece: o Governo recusa-se a articular um verdadeiro sistema nacional de saúde com os setores privado e social, conforme era a prática acordada entre os vários partidos do arco democrático, reservou as funções do SNS para os hospitais do Estado e agora depara-se com uma incapacidade estrutural de reter os



profissionais que defendem a saúde dos portugueses. Enquanto isso, é sacrificado o princípio constitucional de acesso universal à saúde. Os portugueses, sobretudo os que possuem menores recursos, só têm acesso a listas de espera.

Na educação, continuam a faltar as políticas decisivas de retenção e valorização dos professores, bem como da autonomia de gestão das escolas na geração de projetos educativos, que defenderiam o serviço público de educação e assegurariam qualidade e variedade na oferta pedagógica. Antes, continuamos com um modelo de educação centrado nas escolas do Estado e não no serviço público de educação, onde tanto o ensino público, como o cooperativo e o privado poderiam contar no alcance das metas de formação e qualificação das novas gerações, na qual Portugal ainda não acompanha os seus pares europeus. Paralelamente, a tão necessária recuperação das aprendizagens que foram penalizadas pelas restrições impostas pelo Governo durante o período da COVID-19 continua por concretizar. O Ministro da Educação rejubilou por os resultados das provas de aferição deste ano terem sido, imagine-se, melhores que os de 2019, ano anterior à chegada da pandemia. Portugal terá, assim, sido o único país do mundo em que os estudantes aprenderam mais com as escolas fechadas. O spin socialista não resiste à realidade.

Na Segurança Social, o Estado tem falhado aos mais desfavorecidos, demonstrando manifestos sinais de insensibilidade social. O Governo chegou inclusivamente ao ponto de, em 2022, cortar em duas prestações sociais: o subsídio de educação especial, com um total de pagamentos efetuados no primeiro semestre deste ano inferiores ao que seria expectável, e na bonificação por deficiência, também com números de pagamentos bastante abaixo dos períodos homólogos - o que mereceu um recurso da Iniciativa Liberal à Provedoria de Justiça. Como se não bastasse, há três meses, o Primeiro-Ministro anunciou um aumento sem paralelo nas pensões a pagamento para ajudar os reformados a fazer face à carestia de vida. Todavia, também nessa proclamação havia um logro: afinal, o referido aumento não seria mais do que a antecipação de um pagamento, consubstanciando um corte efetivo nas pensões a partir de 2024, por via da alteração da respetiva fórmula de cálculo.



E mesmo nas chamadas áreas de soberania, onde o Estado não pode mesmo falhar, o Governo continua a protelar ou a negligenciar situações que mereciam uma resolução rápida, sob pena de diluir a autoridade do Estado e das instituições. Já no início da legislatura, deparámo-nos com o gravíssimo caso do acolhimento de ucranianos por parte de associações pró-russas em várias autarquias do país, no qual o PS se mostrou indisponível para clarificar e reagir com prontidão, deixando uma névoa de dúvidas por esclarecer que até hoje levantam interrogações sobre a qualidade do acolhimento dos refugiados ucranianos em Portugal. Na mesma linha, a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, anunciada como resposta tardia do Governo ao homicídio de Ihor Humenyuk, permanece pendente há dois anos, sem que nada se saiba sobre o futuro da gestão das fronteiras portuguesas. E dentro do país vimos identificadas várias esquadras informais geridas pelo regime da República Popular da China, cuja existência foi confirmada pelas autoridades judiciais portuguesas, sem que por isso tivéssemos visto qualquer reconhecimento - e muito menos a reação diplomática que seria apropriada - por parte do Governo, tendo o Primeiro-Ministro preferido tratar o caso como uma qualquer invenção da oposição.

A tudo isto juntam-se crises múltiplas, desde a recuperação dos efeitos da pandemia às consequências da invasão da Ucrânia, às quais o Governo decide responder com medidas avulsas, arrecadando a maioria das receitas, extraordinárias e inesperadas, da inflação, recusando-se a baixar o IVA dos bens alimentares, do gás natural e da eletricidade e a compensar, mesmo que parcialmente, as perdas dos portugueses através do IRS. O brilharete orçamental que o Primeiro-Ministro se preparava para anunciar foi, recorde-se, feito à custa dos portugueses e não de uma gestão ágil e eficiente do Estado e dos serviços públicos, que consomem cada vez mais dinheiro dos portugueses sem que estes vejam qualquer retorno ou contrapartida.

Como se não bastasse, o Governo decidiu fixar os seus recursos e energia na manutenção da TAP na esfera do Estado para fins que permanecem desconhecidos ou



injustificados, pulverizando 3200 milhões de dinheiro dos portugueses sem qualquer retorno, ao contrário daquilo que jurou que aconteceria, numa empresa que acabaria sempre por ter de ser privatizada.

Ao mesmo tempo que estas questões de fundo assolam a vida dos portugueses, tornou-se evidente que este Governo é incapaz de assegurar a equipa coesa, preparada e idónea de que precisa para liderar as reformas profundas de que o país necessita. Em apenas nove meses, o país assistiu a onze demissões e a uma profusão de situações que têm demonstrado uma total incapacidade do Governo de executar o mandato que lhe foi atribuído pelos portugueses. Nunca se assistiu a nada semelhante num quadro de maioria absoluta, em tão curto prazo, desde a vigência dos governos constitucionais, há quase meio século. O recente caso da Secretária de Estado do Tesouro, Alexandra Reis, é apenas o último entre vários, limitando-se a confirmar uma tendência de degradação das instituições.

E recuando apenas um mês, o país deparou-se com o caso da detenção de Alberto Coelho, que havia sido nomeado para a ETI (EMPORDEF-Tecnologias de Informação, S.A.) pelo então Ministro da Defesa Nacional e atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, quando o próprio governante já tinha na sua posse evidência da gestão danosa do ex-diretor-geral de recursos da Defesa Nacional. Pelo meio, as obras do Hospital Militar de Belém continuam sob investigação, após uma enorme derrapagem financeira, e o Ministro Gomes Cravinho não tem feito mais do que desvalorizar os factos ou faltar à verdade sobre o sucedido, alijando responsabilidades políticas.

Recuando mais uns meses ainda, vimos o Primeiro-Ministro a revogar em menos de 24 horas o despacho de um ministro do seu Governo sobre um tema tão estruturante para o país como a localização do futuro aeroporto de Lisboa, alegando desconhecimento anterior sobre o mesmo. Ditavam as boas regras da responsabilidade política que, depois do sucedido, um dos dois estaria sempre a mais no elenco governamental, sob risco de deterioração ainda maior da autoridade do Estado. No entanto, e como se a permanência dos dois não chegasse, foi o próprio Primeiro-Ministro a transformar o Ministro das



Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, num alvo preferencial das suas críticas, fragilizando-o com fins relacionados com política interna socialista, como se não fizessem ambos parte da mesma equipa.

E este não foi o único duelo de Governo contra o Governo que o país testemunhou. Pouco antes da discussão do Orçamento do Estado para 2023, dois Secretários de Estado do Ministério da Economia decidiram desautorizar o ministro com quem trabalhavam diretamente, permanecendo ainda dois meses em funções, como se não tivessem desacreditado publicamente o Ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva.

Para resolver todos estes problemas de comunicação, o Primeiro-Ministro tinha decidido nomear para Secretário de Estado Miguel Alves que, conforme veio a saber-se, estava a ser investigado em dois processos judiciais, num dos quais já foi deduzida acusação pelo Ministério Público por suspeita do crime de prevaricação. O Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro esteve somente 55 dias em funções. A Secretária de Estado do Tesouro, há dias exonerada, permaneceu no cargo 25 dias.

Em simultâneo, na Assembleia da República, o PS tem aproveitado o facto de dispor de uma maioria circunstancial de deputados para vetar por sistema a audição de governantes, ex-governantes e outros responsáveis de organismos públicos, dispensando-os de prestar os devidos esclarecimentos aos portugueses através dos seus representantes eleitos. E até foi forçado a retratar-se quando o país ficou perplexo com o comportamento de uma deputada socialista que quis censurar uma intervenção de um parlamentar da Iniciativa Liberal. E, não menos grave, a relação dos principais atores políticos do PS, com António Costa à cabeça, com as entidades independentes e com os reguladores continua a ser muito pouco recomendável, sendo o conflito público com o ex-governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, o caso mais paradigmático.



Sem qualquer bússola política a que possa recorrer, conforme tem sido público e notório, o Primeiro-Ministro enveredou pela tática do insulto sistemático aos adversários, prescindindo da elevação que é exigível ao debate público e desprezando a dignidade que as próprias instituições requerem, como pilares fundamentais da democracia. Depois da arrogância decorrente de uma maioria absoluta que se prometera dialogante, veio o desnorte completo de António Costa, bem patente nas sucessivas intervenções sem um módico de contenção verbal.

A legitimidade não se adquire só através do voto: conquista-se todos os dias, em democracia, pelo desempenho público. Quando se transforma o Parlamento em mera câmara de ressonância do que é decidido pelo Governo, quando se desrespeitam os legítimos direitos dos partidos da oposição, quando se diminuem os direitos dos deputados ao escrutínio aos titulares de cargos públicos, quando se prepara uma revisão Constitucional em que se obliteram parcelas de liberdade dos cidadãos - seja com confinamentos obrigatórios sem crivo parlamentar, seja com acesso a metadados das telecomunicações sem autorização judicial - e, acima de tudo, quando se falha em toda a linha na implementação das reformas de que os portugueses precisam, a base de legitimidade do Governo fica posta em causa, arrastando consigo a dignidade das próprias instituições em que assenta a democracia representativa.

Portugal não pode continuar neste caminho. Ao longo destes três anos em que está no Parlamento, a Iniciativa Liberal fez uma oposição firme a largas dezenas de medidas do PS das quais discorda e para as quais apresentou, ao mesmo tempo, políticas alternativas concretas. Ainda assim, o nível de desorientação e de degradação a que o Governo agora chegou torna evidente que não conseguirá fazer diferente, invertendo este rumo de declínio que temos seguido. António Costa não tem soluções. Infelizmente, a tendência é para que tudo piore e, por conseguinte, a vida das pessoas fique ainda mais complicada do que se encontra agora.



Deste modo, a única opção responsável é fazer cair o Governo de imediato, sob pena de o preço a pagar pelos portugueses ser, no futuro, muito mais alto. Face aos argumentos expostos, apenas por cumplicidade com a degradação das instituições ou por conivência com o estado a que o Governo tem conduzido o país será possível votar contra esta moção de censura. Para a Iniciativa Liberal, a opção é clara: o país já não pode esperar.

Assim, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta a seguinte moção de censura:

A Assembleia da República delibera, nos termos do artigo 194.º da Constituição da República Portuguesa, censurar o XXIII Governo Constitucional.

Palácio de São Bento, 29 de dezembro de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

João Cotrim de Figueiredo

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha